

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Demanda incerta preocupa na volta dos leilões de energia.....	2
Título: Amazônia passa ao topo da agenda do governo	4
Título: Reservas da Petrobras caem e exploração passa a ser prioridade.....	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Salim Mattar deve assumir planos de concessões.....	9
Título: Dinheiro da conta de luz banca gastos do ONS com mensagens e restaurantes	11
VEÍCULO: O Estado de S Paulo.....	13
Título: Contabilidade criativa	13
Título: As lições de Davos para o Brasil.....	15
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	17
Título: Governo quer R\$ 150 bi com privatizações	17

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/01/2020****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito****Título: Demanda incerta preocupa na volta dos leilões de energia**

Mercado livre e geração distribuída em alta afetam distribuidoras

Após uma sequência de anos com baixo volume de contratação, reflexo da crise econômica de 2015 e 2016, os leilões de energia devem voltar a se destacar em 2020. Os motivos são a necessidade de recontração de um bloco expressivo de energia devido à descontração de um conjunto de térmicas a óleo combustível a partir de 2023, de pouco mais de 3 mi megawatts (MW), e os sinais de recuperação econômica do país.

Apesar do cenário otimista, uma preocupação é a incerteza com relação à demanda das distribuidoras, que veem seu mercado cada vez mais ameaçado pela migração de consumidores para o ambiente livre e o crescimento da geração distribuída via energia solar.

Nos leilões, são negociados contratos de suprimento de energia de longo prazo, de 15 ou 20 anos de duração, dependendo da fonte, entre geradoras e distribuidoras. A demanda do leilão é composta pela soma da declaração de necessidade apresentada por cada distribuidora.

Pelos planos do governo, estão previstos pelo menos quatro leilões este ano, incluindo licitações de projetos novos e existentes. Entre eles, o certame que tem atraído mais atenção é o leilão de energia existente marcado para 30 de abril. A licitação é, na verdade, dividida em duas, um leilão “A-4” e um “A-5”, que contratarão projetos para início de fornecimento de energia em quatro e cinco anos (2024 e 2025), respectivamente.

No leilão de abril, poderão participar termelétricas existentes ou novas, a gás natural e carvão. No certame, está prevista a contratação de energia em substituição a um conjunto de térmicas a óleo combustível e diesel que serão descontraçadas a partir de 2023.

De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para estes leilões, estão inscritas 87 termelétricas. Para o “A-4”, são 76 usinas cadastradas, somando 36.224 MW de capacidade instalada. Para o A-5, são 82 empreendimentos, no total de 43.277 MW. Um mesmo projeto pode estar cadastrado para ambos leilões.

Em 28 de maio, está previsto o leilão de energia nova “A-4”, cujo edital foi colocado em consulta pública esta semana pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O certame, que contratará energia de novos projetos para início de entrega em 2024, tem 1.528 empreendimentos cadastrados, totalizando 41.438 MW.

Para o segundo semestre, está previsto o leilão de energia nova “A-6”, que contratará energia de novos projetos para início de fornecimento em 2026, além do leilão de energia existente dos tipos A-1 e A-2, de menor porte.

Para o presidente da consultoria PSR e ex-presidente da EPE, Luiz Augusto Barroso, do ponto de vista de cenário econômico, a perspectiva para os leilões deste ano é positiva. Ele, porém, destaca que, o total de contratação de energia dependerá da declaração de necessidade das distribuidoras, cujo mercado é ameaçado pelo processo de abertura do mercado é ameaçado pelo processo de abertura do mercado livre e do movimento migratório de consumidores, além do crescimento da instalação de sistemas de geração distribuída a energia solar fotovoltaica.

“Não é óbvio que esse leilão de energia existente [de abril] será muito grande. Existem incertezas para as distribuidoras”, conta o executivo.

Alexandre Americano, sócio da Mercurio Partners, consultoria de negócios no setor de energia, também enxerga nas distribuidoras o maior ponto de incerteza com relação aos leilões. “O ambiente de negócios do Brasil melhorou bastante do ano passado para cá. A confiança dos investidores está cada vez maior”, afirma ele. “Como resultado, para ser um grande sucesso, os leilões dependem obviamente da disponibilidade das distribuidoras de declararem uma necessidade grande de energia”.

O presidente da EPE, Thiago Barral, diz que ainda é cedo para fazer uma avaliação do potencial de contratação dos próximos leilões. “O ministério [de Minas e Energia] vem conversando junto às distribuidoras no sentido de entender melhor a estratégia de declaração delas. Ainda é prematuro fazer essa avaliação, dado que as distribuidoras ainda estão consolidando as suas estratégias de declaração de necessidade [de energia]”, afirmou o executivo, em entrevista a jornalistas na semana passada, no Rio.

Ontem, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, tinha reunião prevista com representantes da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), em Brasília. A pauta do encontro, porém, não foi divulgada.

Além da questão da demanda, o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, atenta para outro fator importante. Os leilões deste ano vão ser realizados em meio às discussões sobre a reforma do setor elétrico, que deverá alterar significativamente a dinâmica dos mercados de energia. Uma possibilidade em estudo na reforma, por exemplo, é a abertura total do mercado de energia ainda nesta década, o que terá impacto direto na aquisição de energia pelas distribuidoras.

“Estamos no meio do caminho de um processo de modernização do setor. A maioria dos analistas hoje prevê que a regulação do setor não será como é hoje”, diz ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle

Título: Amazônia passa ao topo da agenda do governo

Ministro promete debater regulamentação da mineração em terra indígena

Foi do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, a ideia de se criar, no governo, uma coordenação para as políticas de desenvolvimento e preservação ambiental da Amazônia. Esta seria a resposta inicial à opinião pública e às pressões de investidores internacionais. Segundo relato de Salles, ele conversou com o presidente Jair Bolsonaro na segunda-feira da semana passada e disse que gostaria de levar o tema Amazônia para ser discutido na reunião ministerial convocada para o dia seguinte, terça-feira, no Palácio da Alvorada.

O argumento do ministro fazia todo sentido, já que o assunto é de grande complexidade e envolve vários ministérios, não sendo suficiente, portanto, a atuação da pasta do Meio Ambiente. A coordenação também não poderia ficar em suas mãos, pois deveria vir de uma instância superior para que os demais ministros envolvidos no assunto a ela se submetessem.

Vamos debater a regulamentação da mineração, diz Salles

A agenda da bioeconomia é uma interação entre o que faz o MMA e o Ministério da Economia. A fiscalização é feita por Ibama e ICMBio (Instituto Chico Mendes) em complemento com a Força Nacional de Segurança do Ministério da Justiça. O monitoramento é da alçada do Ministério da Defesa e de parte do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), do Ministério da

Ciência e Tecnologia. Tem ainda a área de regularização fundiária, que é da competência do Incra, no Ministério da Agricultura.

Diante da gravidade da questão ambiental, cuja negligência incendiou a opinião pública internacional e já afeta os fluxos de capitais externos para o país, não se trata de dar uma resposta de marketing. “É preciso construir uma solução para o problema da Amazônia”, avalia o ministro.

“Estamos falando da região mais rica em recursos naturais do país e com o pior Índice de Desenvolvimento Humano [IDH]”, salienta o ministro do Meio Ambiente. Ela é do tamanho de 16 países europeus - corresponde à área que vai de Portugal à Polônia - e lá vivem 20 milhões de brasileiros que não têm nenhuma atividade econômica que lhes empregue.

“Se não criarmos alternativas eles vão cortar árvores ou minerar. Foi nesse sentido que o Paulo Guedes [ministro da Economia] disse, em Davos, que o maior inimigo do ambiente é a pobreza. A falta de perspectiva de renda é que faz essas pessoas serem cooptadas por atividades ilegais”, diz.

O natural seria criar uma área de coordenação na Casa Civil, mas antes mesmo de Salles, na reunião, verbalizar essa ideia o ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, sugeriu:

“Por que não convidamos o general Mourão [vice-presidente Hamilton Mourão], que comandou a Amazônia, para fazer esse trabalho?”.

Bolsonaro concordou e pouco depois colocou no seu Twitter a decisão de criar o Conselho da Amazônia e a Força Nacional Ambiental, sob o comando de Mourão. Salles, como autor da iniciativa, não se sentiu enfraquecido.

Para compor a Força Ambiental, o procedimento será igual ao da Força Nacional de Segurança. O Ministério da Justiça deverá disparar ofício para as secretarias de Segurança dos Estados pedindo para que disponibilizem determinado número de policiais especializados em meio ambiente. Os governos estaduais enviam suas tropas e arcam com os salários e a Força Nacional os remunera com diárias e lhes fornece equipamentos, logística e alimentação.

A missão é específica, por exemplo, uma operação de 30 dias no Pará. Encerrada a tarefa, os policiais voltam para os seus Estados.

Ao mesmo tempo as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com a atuação das Forças Armadas, devem continuar e a expectativa é que neste ano elas durem de março a outubro, cobrindo, assim, todo o período da seca na região, quando ocorrem as queimadas ilegais.

O comando da Força Nacional Ambiental será dividido entre as pastas da Justiça e do Meio Ambiente, com base na estratégia de atuação definida pelo Conselho da Amazônia.

A política de defesa da Amazônia deve ser feita com base em cinco pilares, defende Salles. São eles: a regularização fundiária, os pagamentos por serviços ambientais, o zoneamento econômico ecológico - um plano diretor que identifique territorialmente as potencialidades e as fragilidades da floresta -, a bioeconomia e o comando e controle.

O ministro defende, também, a regulamentação da mineração em terras indígenas. Em dezembro de 2018, segundo ele, a Agência Nacional de Mineração identificava mais de 870 pontos de mineração ilegal conhecidos. “Não foi uma boa política pública adotar a regra do ‘faz de conta’ que não pode minerar na Amazônia ou nas terras indígenas. Eles vão minerar”, diz.

Ele conta que esteve na reserva indígena Roosevelt, em Rondônia, onde há mineração de cassiterita. Assim que o helicóptero do Ibama, que o levava, pousou, as pessoas correram para o mato. Aos poucos elas começaram a voltar. Primeiro as crianças, depois as mulheres, depois os mais velhos e por fim o cacique.

“Conversa daqui e dali, eu falei para o cacique: ‘O senhor sabe que nós vamos destruir os equipamentos aqui’. Ele respondeu: ‘Pode destruir. Na semana que vem está tudo aqui. Nós tiramos R\$ 70 mil por semana e na semana que vem já compramos tudo de novo’.”

Salles garantiu que o governo vai regulamentar a atividade mineradora na região. “Colocaremos parâmetros restritivos, porém aceitáveis, de forma que eles possam sobreviver. Será uma política pública realista.”

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, está concluindo uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que deverá estabelecer que até 3% ou 5% do território poderá ser objeto de licenciamento para exploração.

O argumento do ministro é de que não é possível fazer de conta que não existe uma pressão legítima dos povos da floresta para explorar aquele território onde há grandes reservas de cassiterita, de ouro, nióbio. “Vamos discutir a regulamentação. É só quebrar o preconceito do debate”, conclui.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Reservas da Petrobras caem e exploração passa a ser prioridade

Ativos comprados no leilão dos excedentes da cessão onerosa ajudam a melhorar o cenário

A queda das reservas provadas da Petrobras em 2019, para os seus patamares mais baixos desde 2001, reforça a necessidade da companhia de investir mais em exploração. A estatal já anunciou que intensificará as perfurações no pré-sal a partir deste ano, em busca de novas descobertas. Outro trunfo está nos volumes da área de Búzios, na Bacia de Santos comprados pela petroleira no leilão dos excedentes da cessão onerosa, em novembro, por R\$ 61,3 bilhões.

A Petrobras incorporou cerca de 1 bilhão de barris de óleo equivalente (BOE) de óleo e gás as suas reservas em 2019. A apropriação veio, sobretudo, do remanejamento de volumes devido à revisão do contrato de cessão onerosa. A empresa não detalha, porém, o quanto dos barris de Búzios já foi incorporado as suas reservas. Em 2013, a empresa declarou a comercialidade da área (na época conhecida como Franco), com volumes estimados, na ocasião, em 3 bilhões de barris. A expectativa no mercado, contudo, é que a área possa ter até 10 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE) de óleo e gás.

“No futuro, talvez elas [reservas de Búzios] sejam as reservas que não são agora para a empresa. Existe um potencial para que sejam reservas [importantes] para a companhia no futuro”, disse o diretor de exploração e produção da Petrobras, Carlos Alberto Pereira, em dezembro.

A incorporação de novos volumes, contudo, não foi suficiente para impedir a queda das reservas provadas da Petrobras em 2019. Ao todo, elas totalizaram, pelos critérios da Securities and Exchange Commission (SEC), 9,59 bilhões de BOE, volume estável (-0,1%) em relação a 2018. Já pelos critérios ANP/SPE (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis/Society of Petroleum Engineers), as reservas somavam 11,235 bilhões de BOE ao fim de 2019, retração de 6% na comparação anual. A diferença entre os dois critérios está associada, principalmente, às premissas econômicas. Fora isso, a ANP/SPE considera os volumes de produção previstos para além do prazo contratual de concessão nos campos do Brasil.

Se o atual ritmo de consumo e reposição se mantiver, a expectativa é que as reservas da Petrobras se esgotem em 10,5 anos. O número é baixo, se comparado aos patamares acima de 18 anos que a companhia manteve na primeira metade dos anos 2010, antes da queda dos preços do petróleo -

critério que impacta diretamente na contabilidade das reservas. Na comparação com alguns de seus pares globais, a situação da estatal está distante da realidade de empresas como a ExxonMobil (17 anos) e Total (20 anos), mas próxima dos números da Shell (oito anos) e Equinor (nove anos), segundo dados de 2018.

Para o geólogo Pedro Zalán, da ZAG Consultoria, a relação reserva/produção da Petrobras “não é muito confortável” e reforça a necessidade de investimentos em exploração. Depois de anos retraída, devido a sua crise financeira, a empresa recompôs o seu portfólio nos últimos leilões e se prepara para aumentar as atividades. Entre 2020 e 2024, a meta é investir a média de US\$ 2,3 bilhões ao ano - mais do que o triplo da média de aportes dos últimos quatro anos.

O geólogo destaca, no entanto, que mesmo que a Petrobras seja bem-sucedida em suas campanhas exploratórias daqui para frente, eventuais novas descobertas só serão contabilizadas no médio e longo prazos.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, por sua vez, avalia que a tendência é que o pré-sal, sobretudo Búzios, ajude a petroleira a aumentar as reservas nos próximos anos. “A estratégia da Petrobras de focar no pré-sal é inteligente, porque se trata de descoberta geralmente de alto potencial. E isso vai se refletir numa produção futura de uma área muito rentável.”

O cenário para o crescimento das reservas da companhia tem seus desafios. Isso porque a Petrobras prevê aumentar a sua produção de óleo e gás ao longo dos próximos anos. Até 2024, a expectativa é elevar o patamar de 2,7 milhões de BOE/dia para 3,5 milhões de barris/dia. Além disso, a venda de ativos deve continuar a pressionar para baixo o volume de reservas.

Zalán destaca que a falta de investimentos da Petrobras na recuperação de campos maduros, para conter a taxa de declínio desses ativos, é outro fator que compromete a capacidade da empresa de aumentar suas reservas. Em Roncador, na Bacia de Campos, por exemplo, a Petrobras fechou uma parceria com a Equinor para investimentos na revitalização do ativo. A meta é aumentar em 1 bilhão de BOE o volume recuperável de óleo e gás da área, mas o projeto ainda dá seus primeiros passos.

O geólogo defendeu, ainda, que a companhia precisa se diversificar geograficamente e que a empresa precisa buscar descobertas para além do pré-sal, embora a região tenha um potencial gigante.

“Há um risco de se concentrar muito apenas numa região. Se o pré-sal eventualmente começa a dar problema, com taxas de declínio inesperadas, como aconteceu no pós-sal da Bacia de Campos, ela não tem hoje um plano B. É preciso buscar novas fronteiras. A Exxon, por exemplo, adicionou 8 bilhões de barris em reservas investindo na Guiana”, comentou.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	31/01/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	

Curtas

ExxonMobil muda planoA ExxonMobil está de saída das bacias Potiguar e Ceará, para concentrar seus investimentos, no Brasil, em Campos, Santos e Sergipe-Alagoas. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) aprovou ontem duas transações que marcam a saída da multinacional das concessões de exploração POT-M-475, onde a empresa detinha 35%, e CE-M-603, onde a a empresa detinha 35%, e CE-M-603, onde a fatia da petroleira americana era de 50%. A Exxon Mobil era operadora (líder de consórcio) de ambos os ativos. Com a saída da companhia, as duas concessões passam a ser operadas pela Ouro Preto Energia, que entrou nos dois ativos, com uma fatia de 30%. Os outros 70% de participação nos blocos são da Azibrás

VEÍCULO:	Folha de S. Paulo
Data:	31/01/2020
Seção:	Mercado
Autor:	Julio Wiziack e Talita Fernandes
Título:	Salim Mattar deve assumir planos de concessões

Secretário responsável por privatizações pode ficar com o PPI, que passa da Casa Civil para o Ministério da economia

BRASÍLIA – O Ministério da Economia, que sob a gestão de Jair Bolsonaro juntou quatro pastas, ficará ainda maior com a incorporação do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). O presidente decidiu, nesta quinta-feira (30), transferir o órgão da Casa Civil para o ministério. Com a mudança, que exige lei específica para ser implementada, o atual secretário responsável por privatizações, Salim Mattar (Desestatização, Desinvestimento e Mercados),

deverá acumular funções comandando também o programa de concessões do PPI. Esse novo arranjo é reflexo de um esvaziamento da Casa Civil do ministro Onyx Lorenzoni (DEM), a quem o PPI está vinculado atualmente. Essa desidratação política foi anunciada por Bolsonaro nesta quinta.

A expectativa é que a atual secretária-executiva do programa, Martha Seillier, também seja exonerada do cargo, a exemplo do que ocorreu com Vicente Santini—número dois da Casa Civil, ele usou um jato da FAB em voo exclusivo de Davos, na Suíça, para Déli, na Índia. Santini foi punido por Bolsonaro, que considerou “inadmissível” o uso da aeronave e demitiu o servidor do cargo sem consultar Onyx, que está em férias. Seillier foi uma das servidoras que embarcaram no voo. As equipes jurídicas do Planalto e da Economia avaliam a melhor forma de promover essa alteração. O PPI foi criado por uma lei específica, para que ficasse vinculado à Presidência da República.

Segundo pessoas que participam das discussões, o mais provável é que Bolsonaro assine um decreto autônomo. Mas também se cogitava uma medida provisória para alterar a lei vigente. O PPI foi a primeira medida do ex-presidente Michel Temer como forma de acelerar investimentos privados no país por meio de privatizações e concessões, em resposta à grave recessão que acometeu o país em 2014. Para que houvesse rapidez nas decisões, o programa ficou atrelado ao ministro-chefe da Casa Civil. Dessa forma, daria às decisões do programa peso presidencial, evitando pressões e impasses entre os ministérios. Ainda na transição, Paulo Guedes tentou abarcar o PPI em sua pasta, mas foi convencido de que o melhor seria mantê-lo na Presidência da República. Hoje, cada ministério define seus projetos de concessões, que, quando maduros, são qualificados pela equipe do PPI. A partir daí, é a equipe do programa que conduz o processo, com a colaboração da pasta responsável, até o leilão para a iniciativa privada.

No primeiro ano do governo Bolsonaro, o programa rendeu resultados positivos com a concessão de projetos herdados de Temer, como os três blocos de 12 aeroportos, rodovias e a cessão onerosa. Durante a transição, o potencial do PPI despertou a cobiça até dos generais Augusto Heleno e Hamilton Mourão. Ambos tentaram assumir o comando do programa, mas ele ficou com Onyx depois de uma dança de cadeiras nas secretarias da Presidência. Desde o início do governo, a equipe econômica resistia à estrutura do PPI, mas isso piorou na gestão de Onyx. Para integrantes do núcleo da economia, o ministro-chefe da Casa Civil transformou o programa em uma vitrine de projetos “sem sentido”. Também reclamam da falta de coordenação para tirar do papel projetos relevantes, como a privatização da Eletrobras.

Na avaliação de assessores do Palácio do Planalto, o PPI diversificou sua carteira de projetos, e isso só foi possível porque existe sintonia entre Martha Seillier e os

ministros Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Bento Albuquerque (Minas e Energia). Para esses auxiliares, as duas pastas conduziam de forma autônoma seus projetos, liberando o PPI para ampliar sua carteira de projetos. Por isso, o programa passou a cobrir desde a concessão de parques nacionais, passando por parcerias público-privadas para creches, até a estruturação de projetos de saneamento, iluminação e resíduos sólidos de prefeituras e governos estaduais. Para a equipe econômica, isso desvia atenção dos grandes projetos (Eletrobras, Correios, Casa da Moeda, dentre outros), que permanecem congelados.

Salim Mattar vem tentando convencer líderes do Congresso da importância de duas propostas. Ele pretende enviar ao Congresso uma lista de estatais a serem vendidas e queria que os parlamentares escolhessem quais seriam automaticamente incluídos no Programa Nacional de Desestatização. Ou seja, sem passar pela qualificação prévia do PPI. Outra possibilidade seria o envio do projeto de uma lei delegada, que prevê a autorização em uma só tacada de privatizações de uma série de estatais. De novo, sem a participação do PPI. Essas propostas não avançaram até o momento, mas refletem a insatisfação da equipe econômica na condução desses processos pelo PPI.

Com a reformulação, o Ministério da Economia, que antes atuava como coadjuvante, dará a palavra final não só nas privatizações como também nas concessões. Ainda não se sabe se, com o novo arranjo, Mattar desistirá da lei delegada. Ele afirma que, sem a nova lei, não será possível cumprir a meta de R\$ 150 bilhões em desestatizações neste ano. Em Déli, onde cumpriu agenda oficial, o presidente Bolsonaro afirmou que pretende dobrar o número de leilões do PPI neste ano, chegando a 72. No ano passado, foram 32. O leilão do 5G da telefonia está previsto para o fim deste ano, mas pode haver atrasos por entraves técnicos

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2020

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Dinheiro da conta de luz banca gastos do ONS com mensagens e restaurantes

Desperdício. Órgão que gerencia o abastecimento de energia no País, o Operador Nacional do Sistema Elétrico tem 97% do seu orçamento anual composto por tarifas pagas por consumidores; investigação conduzida pela Aneel fala em uma administração 'relapsa e desidiosa'

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), órgão que gerencia o abastecimento de energia no País, tem usado dinheiro da conta de luz para bancar serviços sem nenhuma relação com suas obrigações. A lista de gastos,

apurou o Estado, inclui a contratação sem licitação de empresas de massoterapia para sessões de “shiatsu expresso”, ao custo de R\$ 307 mil. O ONS gastou ainda R\$ 106 mil para que servidores participassem de corridas de rua, além de almoços em restaurantes de luxo.

As informações foram obtidas pelo Estado por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) e fazem parte de relatório da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O órgão analisou as prestações de contas de 2014 a 2018 do ONS.

O Operador é uma associação civil privada sem fins lucrativos, mas tem 97% de seu orçamento bancado por tarifas cobradas na conta de luz. Só 3% de seus custos são pagos pelas empresas do setor elétrico. Por isso, cabe à Aneel fiscalizar o uso.

O levantamento aponta que R\$ 69.720 foram usados para “premiar” funcionários. Há caso de um funcionário que, a título de reconhecimento, gastou R\$ 5.790 em hospedagem e em um almoço na churrascaria Fogo de Chão, em Brasília. Outro pagou conta de R\$ 1.450 depois de curtir jantar no restaurante Pobre Juan, enquanto um servidor preferiu deixar R\$ 1.450 no Adegão Português, também em Brasília. Houve ainda um funcionário que partiu para o Royal Termas Resort, de onde trouxe uma conta de R\$ 3.860.

A Aneel acusa o órgão de fazer uma administração “relapsa e desidiosa”. Por fim, pede a devolução de mais de R\$ 13 milhões, por entender que o Operador não conseguiu comprovar a necessidade das contratações.

Ao tentar explicar o gasto de R\$ 307 mil com massoterapia, sem licitação, o ONS respondeu que “havia dificuldades em conseguir empresas com profissionais formados em fisioterapia e com registro no Conselho Regional de Fisioterapia (Crefito)”. Sobre as corridas de rua, argumentou que queria “realizar ações que motivem seus empregados a adotar um estilo de vida mais saudável”.

O levantamento aponta ainda aumentos de pagamentos de horas extras, adicional noturno, serviços de táxi, entre outros, que mais que dobraram nos últimos anos, sem haver uma mudança de quadro de profissionais que justificasse esse comportamento. Há críticas ainda ao aumento de custos com benefícios e vantagens recebidas pelos diretores e custeados pelo ONS.

O órgão nega a maioria das irregularidades, mas diz que fará ajustes. Procurado pelo Estado, o diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, afirmou que vem esclarecendo todas as informações. Disse que o ONS “segue práticas de gestão em linha com o mercado, em especial as empresas do setor elétrico”. Já a Aneel declarou que o assunto ainda não foi apreciado pela diretoria.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 31/01/2020**Seção:** Colunas**Autor:** Sonia Racy**Título:**

Dou-lhe uma...

No seu primeiro leilão eletrônico de gasolina, a Petrobrás vendeu, em pouco mais de uma hora, um “pacote” de 10 milhões de litros da Refinaria de Paulínia. Participaram onze distribuidoras - e quatro saíram vencedoras.

A nova fórmula é vista, pela estatal, como importante alternativa para ofertas adicionais a preços competitivos. Os próximos leilões ofertarão gasolina e diesel produzidos em outras refinarias.

VEÍCULO: O Estado de S Paulo**Data:** 31/01/2020**Seção:** Colunas**Autor:** Elena Landau**Título:** Contabilidade criativa

A Constituição, no seu artigo 173, definiu que a presença do Estado na atividade produtiva é exceção e não regra. Privatizar, além de seguir o princípio constitucional, reduz o déficit público e permite que o Tesouro use os recursos para fins socialmente justificados. Um bom programa de privatização deve também estimular a concorrência e trazer ganhos de produtividade e eficiência.

O programa do governo atual conta qualquer operação de venda como privatização: venda de subsidiárias, de posições acionárias, de projetos de infraestrutura, leilões de óleo e vendas de campos da Petrobrás - tanto faz. A nova contabilidade criativa disfarça a timidez e lentidão da desestatização do governo Bolsonaro. A frustração é grande. O R\$ 1 trilhão virou piada, e mesmo sabendo-se que Bolsonaro é contra a privatização, a expectativa era que Guedes conduzisse um programa ousado para cumprir a promessa de redução dramática da dívida pública com recursos das vendas das estatais.

Mas o processo, hoje, se resume ao desinvestimento em participações minoritárias e de subsidiárias das estatais- mãe. Não se discute que o enxugamento de ativos e o uso do desinvesti-mento para reduzir o

endividamento e dispersão de atividades das estatais é uma estratégia positiva. “Melhor do que nada”, diriam alguns. Mas é pouco perto do que precisamos.

Essa estratégia não contribui para a redução da dívida, nem para reforma do Estado. Os recursos obtidos ficam à disposição dos dirigentes das empresas-mãe. É só na eventualidade de pagamento de dividendos, para a União e minoritários, que chegam aos cofres públicos.

O Estado continua onipresente e limitando a liberdade do mercado. Petrobrás mantém seu monopólio no gás; Banco do Brasil, a exclusividade no crédito agrícola; e a poupança dos trabalhadores continua compulsoriamente administrada pela Caixa.

Na agenda verdadeiramente liberal não cabe o apelo a “setores estratégicos”, conceito que varia ao sabor da tendência política de cada governante. Como já escrevi várias vezes neste espaço, o art. 173 deveria ser a regra do jogo, o norte do programa, mas vem sendo ignorado por completo. Nem mesmo estatais “do PT” estão no horizonte de privatização deste governo.

A venda de ativos vem de decisões da administração das empresas que não passam pelo Conselho do Programa Prioritário de Investimentos (PPI), nem estão incluídas no PND. Não seguem uma orientação do Ministério de Economia que, aliás, não tem comando sobre o processo, como revela a ausência gritante da Valec, EPL, Infraero e EBC na lista do PND.

A redução da presença do setor público, que se obtém vendendo subsidiárias ou participações minoritárias, pode se revelar temporária. É provável que uma estatal fortalecida financeiramente venha a reinvestir e expandir de novo seus negócios. Afinal, não há governança que não possa mudar ao sabor da política e da pressão dos “aliados”. Nada mais revelador do que a recriação da Telebrás no governo Lula.

E por falar em governança de estatais: como justificar que o governo suspenda peças de propaganda, cancele palestras de seus críticos, deixe no ar a ameaça de intervir nos preços dos combustíveis e indique diretores, apesar da lei das estatais? Só a venda definitiva garante uma redução permanente da presença do Estado na economia.

No Fla-Flu das redes sociais, o que vale é quantidade. A qualidade do programa pouco importa. E o governo aproveita para surfar nesta onda. Prometeu arrecadar R\$ 150 bilhões, sem, no entanto, revelar a origem dessa estimativa. A julgar pela contabilidade do ano passado, vale tudo. Até mesmo a venda de participações minoritárias em sociedades privadas, o governo conta como privatização. Difícil privatizar o que já é privado.

Com essa contabilidade criativa, tenta convencer a opinião pública de que há um amplo programa de privatização em curso. E não há.

A cada manifestação, a meta anunciada pelo secretário de desestatização muda de apelido: 300 empresas, 300 negócios, 300 ativos ou 300 companhias. Não são a mesma coisa. A narrativa oficial coloca qualquer desinvestimento de estatais como privatização. Não é.

A lentidão do processo é atribuída à burocracia no PND e à má vontade do Congresso. Toda privatização, pequena ou grande, sofre resistência política. Foi sempre assim. Não paralisou Eduardo Leite, que aprovou até uma PEC, nem impediu que Temer enviasse ao Congresso um projeto para liberar a venda da Eletrobrás que, aliás, é a única iniciativa enviada ao Legislativo até o momento e que conta com apoio de Maia. Este governo poderia seguir o exemplo e enviar um PL para bancos públicos e Petrobrás. Só assim se saberá de fato o que pensa o Congresso, que ainda não foi testado. Mas se o próprio governo é contra, fica difícil.

O Estado está presente onde não se justifica e é ausente onde ele é necessário: Enem, Sisu, INSS e Bolsa Família. Governo federal poderia seguir o exemplo do governador do Rio Grande do Sul.

VEÍCULO: O Estado de S Paulo

Data: 31/01/2020

Seção: Espaço Aberto

Autor: Gabriel Kohlmann

Título: As lições de Davos para o Brasil

O encontro anual do Fórum Econômico Mundial, realizado na cidade suíça de Davos, é, em geral, uma vitrine para governantes e empresários mostrarem ao mundo seus melhores produtos: oportunidades de investimentos, robustez de economias, crescimento de mercados consumidores e políticas públicas “pró-business”, além de apresentar tendências de negócios e empresariais.

Esse roteiro foi protagonizado por alguns dos representantes brasileiros no evento - tanto agentes políticos (entre eles o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o governador de São Paulo, João Dória) quanto financeiros (o CEO do Itaú Unibanco, Cândido Bracher, e o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco). No entanto, fica a questão: o que esses mesmos representantes trouxeram de Davos?

Houve um componente especial na edição de 2020. Pela primeira vez em 50 anos, a bandeira central da conferência foi a questão ambiental, tratada como crise

climática. O Fórum evidenciou que o meio ambiente já altera dinâmicas econômicas, de mercados e sociais, representando, assim, riscos para os negócios.

O Relatório Global de Riscos 2020, apresentado em Davos, alocou como riscos de maior probabilidade e maior impacto os seguintes elementos: eventos climáticos extremos, fracasso das medidas climáticas, desastres naturais e perda da biodiversidade.

Há muito é evidente que o mundo vem sofrendo com esses problemas. No Brasil, em específico, períodos de estiagens prolongadas e mais severas, queimadas e desmatamento na Amazônia, chuvas em excesso em ambientes urbanos, entre outros, são acontecimentos recorrentes. Alguns desses eventos impactam, por exemplo, o setor de energia elétrica (disponibilidade de água para geração hídrica e térmica) e o agronegócio - carro-chefe da economia brasileira -, afetado diretamente pela escassez de recursos hídricos, pela ocupação do solo e pelas demais condições de clima no dia a dia da produção.

O estudo Setor Elétrico: como precificar a água em um cenário de escassez, lançado recentemente pelo Instituto Escolhas, precificou a escassez de água em algumas importantes bacias hidrográficas do País. Na bacia do Rio Xingu é estimado prejuízo de R\$ 2 bilhões por ano na perda de energia firme da usina hidrelétrica de Belo Monte, motivado por conflito pela água, enquanto na bacia do Rio São Francisco o custo da escassez pode atingir R\$ 2,5 bilhões, entre energia e agricultura, com impactos no processo de privatização da Eletrobrás.

Há a percepção de que esses custos e riscos não estão adequadamente precificados por financiadores, empreendedores, produtores e governantes no planejamento e aprovação de negócios, regulações, investimentos e políticas públicas.

Os líderes financeiros do Brasil que foram a Davos poderiam ter retornado imbuídos da determinação de fazer suas instituições formularem novas metodologias de custos e riscos ambientais para empreendimentos que serão afetados pelas mudanças climáticas, tais como energia, agricultura, mineração e infraestrutura em geral, entre outros. Poderiam também adotar novas políticas de gestão de carteiras e créditos, condicionando os investimentos das instituições a compromissos ambientais preestabelecidos, conforme amplo debate sobre financiamento verde realizado em Davos.

Exemplos apresentados no Fórum não faltam. Agentes financeiros internacionais já utilizam cálculos de risco climático e políticas verdes de gerenciamento de carteiras de investimento. O banco francês BNP Paribas, por exemplo, gera uma “métrica de temperatura” em suas operações e pode decidir pela recusa do

investimento caso o empreendimento não contribua para ações de mitigação das mudanças do clima. Metodologias semelhantes são aplicadas pelas seguradoras francesas AXA e Scor.

Neste novo contexto, o anúncio mais impactante do setor financeiro veio da gestora de ativos BlackRock, uma das maiores do mundo, ao informar que limitará investimentos em empreendimentos não aderentes às políticas climáticas e somente alocará recursos em negócios verdes. Larry Fink, CEO da instituição, comentou que está na fronteira de mudanças fundamentais e estruturais nas finanças globais.

Pelo lado governamental, o ministro Paulo Guedes, da Economia, poderia ouvir mais. Os custos e riscos climáticos tendem a ser assumidos pelo Tesouro Nacional ou pela sociedade, via custo Brasil - é o caso dos custos do setor de energia, que são pagos pelos consumidores. Reguladores britânicos e franceses, além do Banco da Inglaterra, já estudam regras específicas de precificação desses elementos nas suas políticas públicas e normas para investimentos.

Assimilar e implementar localmente essas discussões, os exemplos, os negócios e as políticas mais avançadas para lidar com o principal fator de risco, a mudança climática, deveriam ser o compromisso central de quem foi passar aqueles dias na neve suíça. O dever de casa está dado!

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Governo quer R\$ 150 bi com privatizações

O governo quer privatizar e realizar desinvestimentos em 300 ativos em 2020, no total de R\$ 150 bilhões. Em apresentação para investidores estrangeiros, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar, elencou as desestatizações e apresentou um cronograma até o fim do primeiro mandato do governo de Jair Bolsonaro. Apesar de a lista não ser uma novidade, segundo especialistas a organização da venda dos ativos é considerada um avanço.

Chama a atenção a ausência da Eletrobras no rol de Mattar, mas a privatização da companhia de energia elétrica é a mais complicada, porque depende de autorização do Congresso Nacional. No entanto, a inclusão da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) surpreendeu, mesmo com a ressalva, na apresentação do secretário, de ainda estar em estudos.

O calendário prevê a venda de três estatais neste ano: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), Casa da Moeda do Brasil (CMB) e Empresa Gestora de Ativos (Emgea). No entanto, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) incluiu, em 2020, a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa-MG), previstas para abril de 2021. O PPI também estima a capitalização da Eletrobras neste ano.

Para o presidente da InterB Consultoria, Claudio Frischtak, a lista não traz surpresas, mas a execução do cronograma é um desafio. “Fazer privatização no Brasil, mesmo de empresas menores, é uma coisa complexa. Dá muito trabalho. O calendário é ambicioso. Todas as empresas têm suas complexidades específicas. Precisa de braço, de batalhões de técnicos e advogados”, afirmou.

Segundo Frischtak, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem 2,7 mil funcionários, cerca de 1,4 mil técnicos, e o envolvimento do órgão nas privatizações ainda está limitado. “Para o programa de desestatização avançar, é preciso maior participação do BNDES. De outra forma, não vejo como fazer com que esse cronograma seja cumprido”, avaliou.

Para atingir os R\$ 150 bilhões prometidos, é preciso fazer muita conta e criar modelagem, alertou o especialista. “Existe um mercado para isso, consultorias e bancos para ajudar no processo e complementar o envolvimento do BNDES”, reiterou.

Conhecida nas redes sociais como a “musa das privatizações”, a economista e advogada Elena Landau também considerou que não há novidades na lista apresentada por Salim. “Não tem nenhum ativo que encha os olhos, a maioria é para a União deixar de perder dinheiro. Agora, chama a atenção a ausência, nesse cronograma, da Eletrobras, a empresa mais importante que está na lista de privatização desde o governo Temer”, ressaltou.

Detalhes

Outra curiosidade, segundo Elena, é a inclusão da EBC. “A EBC está no PPI, que é um programa de estudos, mas não está no PND (Plano Nacional de Desestatização), que tem a decisão de venda”, destacou. A especialista disse, ainda, que é impossível avaliar se o cronograma é factível. “Só é possível dizer que é crível se tiver etapas. Quando vai ser o edital, qual o preço, esses detalhes. De qualquer forma, é um avanço. Antes, não tinha nada”, acrescentou.

Segundo a secretaria comandada por Mattar, a União tem controle direto de 46 empresas, 18 dependentes do Tesouro Nacional e 28 não dependentes. Entre

2009 e 2018, foram alocados R\$ 190 bilhões nas estatais, R\$ 130 bilhões nas dependentes e R\$ 30 bilhões nas demais. Aos investidores, o secretário apresentou o que foi feito em 2019, com venda ou alienação de subsidiárias, coligadas e empresas com participação da União.

MME / ASCOM .